

Público

09-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 486 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 17

Não há dinheiro nem condições para o TC criar e instalar a Entidade da Transparência este ano

Parlamento
Maria Lopes

Segundo as contas que o presidente do Tribunal Constitucional apresentou, faltam mais de 600 mil euros para este ano

A mensagem é muito clara: não é possível ter a nova Entidade da Transparência a funcionar ainda este ano. O Tribunal Constitucional não tem dinheiro nem condições humanas ou técnicas suficientes para fazer a criação, instalação e entrada em funcionamento da estrutura que o Parlamento aprovou em

Julho do ano passado e cuja lei determinava que começasse a trabalhar este ano.

Foi isso que o presidente do Tribunal Constitucional foi dizer aos deputados da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados ontem ao início a tarde. O Orçamento do Estado para 2020 (OE 2020) prevê 1,169 milhões de euros para a instalação e funcionamento da entidade durante este ano, mas pelas contas do TC serão precisos pelo menos 1,815 milhões de euros – ou seja, mais 646 mil euros. O tribunal também estima que o funcionamento da Entidade da Transparência em ano cruzeiro custe cerca de três milhões de euros.

Manuel da Costa Andrade salientou que a primeira medida a tomar



Costa Andrade revelou que no Palácio Ratton não há wifi

é reforçar o departamento administrativo e financeiro do próprio TC para que este seja capaz de começar o processo de instalar a entidade. Para isso precisa de 315 mil euros. Porquê? Porque o tribunal não tem competências técnicas para preparar cadernos de encargos e concursos públicos, pelo que tem contratar tudo isso. E até tem de reforçar os seus sistemas tecnológicos – no Palácio Ratton não há, por exemplo, *wifi* – uma revelação que motivou caras de espanto.

Manuel da Costa Andrade disse aos deputados que não se sabe ainda se ela vai ser instalada em Coimbra ou em Aveiro (“uma sobrecarga funcional para a qual não estamos preparados”); se o Estado disponibiliza

imóvel ou se terá de ser arrendado e se precisa de obras ou estará pronto a usar. É também preciso contratar funcionários, que o TC estima que sejam 15, tal como acontece actualmente com a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos. É necessário fazer concursos internacionais para fornecimentos de obras, de mobiliário, de todo o sistema informático que tem de trabalhar de forma integrada com o TC e o Parlamento. A somar a isso há todas as deslocações durante o processo de instalação. Está tudo em aberto, portanto. Olhando para todas estas tarefas, o presidente do tribunal tem uma certeza: “Não é crível nem realista acreditar que em 2020 tenhamos a entidade a funcionar.”